10:31 Vo)) LTE 5G 42%

Opinião do GLOBO

Prioridade no setor elétrico é acabar com subsídios

Alívio trazido por MP do governo à conta de luz será momentâneo, mas custo perdurará por vários anos

Preocupado com a alta nas contas de luz, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta semana Medida Provisória (MP) com o objetivo de reduzir as tarifas entre 3,5% e 5% em todo o país. A queda será financiada por meio de um mecanismo mirabolante: o governo quitará empréstimos contraídos pelas distribuidoras durante a pandemia — quando as tarifas ficaram congeladas — e na escassez hídrica de 2021 — quando foi necessário contratar a geração mais cara das usinas térmicas —, usando recursos previstos na privatização da Eletrobras que serão antecipados ao Tesouro. De acordo com o governo, o alívio às distribuidoras permitirá o benefício ao consumidor. Mas não acaba aí.

Ao mesmo tempo, atendendo à pressão de governadores, a MP renova por mais 36 meses subsídios de R$ 4 bilhões anuais a usinas eólicas e solares que já deveriam ter sido encerrados, mas foram prorrogados no governo Jair Bolsonaro. Quanto mais as usinas se beneficiam dessa vantagem, maior o buraco financeiro provocado pelo uso da rede de distribuição. Os escalados para pagar a conta são os consumidores. Em resumo: o alívio das tarifas em 2024 será seguido por contas mais caras nos anos seguintes. Não faz sentido.

Os defensores argumentam que o incentivo é necessário para alavancar a produção de energia renovável. Falam em mais 30 gigawatts disponíveis no país. É uma visão problemática por vários motivos. Primeiro, usinas eólicas e solares não dependem mais de ajuda para se tornar financeiramente viáveis. Segundo, o subsídio à energia renovável — R$ 10 bilhões só neste ano — já responde por quase 14% da tarifa, segundo Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Terceiro, há sobra contratada na geração até pelo menos 2032, e o consumo tem crescido bem menos que o acréscimo das fontes renováveis.

Por fim, os desequilíbrios trazidos ao sistema pelo incentivo a eólicas e solares (em geral distantes dos centros de consumo) trarão mais custos em transmissão e forçarão o uso (mais caro) das térmicas quando elas não estiverem disponíveis. O resultado, não é difícil entender, será energia mais cara.

Volta e meia transitam pelo Congresso propostas que encarecem a conta de luz. A mais recente é o aumento na Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, dinheiro destinado a municípios onde há hidrelétricas, usado no monitoramento dos reservatórios. Calcula-se que os encargos aumentarão 40%, custo que cedo ou tarde chegará aos domicílios. Mesmo que seja um gasto justificável, deveria haver mais transparência.

O que está em jogo nos ambientes opacos de Brasília é a garantia de lucros a empresários do setor, incluindo fabricantes de equipamentos, à custa da conta paga por todos, sobretudo os mais pobres. A MP guarda semelhança com a intervenção desastrada da então presidente Dilma Rousseff no setor elétrico em 2012. O objetivo era o mesmo: baixar a conta de luz. Num primeiro momento, houve queda de 20%. Dois anos depois, alta de 25%. Em 2018, a conta de luz era 50% mais cara que em janeiro de 2013, descontada a inflação. Se a MP for aprovada, o custo dos subsídios durará anos, enquanto o alívio será passageiro. Para promover queda duradoura nas tarifas, o governo deveria reduzir a complexidade do sistema elétrico brasileiro, pródigo em subsídios. Acabar com aqueles que não são mais necessários é a prioridade.

Sucessivos recordes de temperatura põem planeta diante do imponderável

Março foi o décimo mês consecutivo de quebra de barreiras. Cientistas questionam se tendência é irreversível

Em maio do ano passado, ao fazer estimativas até 2027, a Organização Meteorológica Mundial previu que a temperatura global atingiria níveis recordes no período. Não demorou para a previsão ser confirmada. O observatório europeu Copernicus (C3S) constatou que, de abril de 2023 a março deste ano, transcorreram os 12 meses mais quentes da História. A temperatura de março deste ano foi a mais alta para o mês, o décimo consecutivo com quebra de recorde de calor.

Nos 12 meses anteriores, a temperatura subiu 1,58 °C acima da média verificada na era pré-industrial (1850-1900), ultrapassando o limite de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris para este século como patamar minimamente seguro para evitar eventos catastróficos. Em um dia, pela primeira vez a temperatura global ficou 2 °C acima da base de comparação. E julho de 2023 foi, tudo indica, o mês mais quente em 120 mil anos. Ainda em 2023, a temperatura global ficou o maior número de vezes acima de 1,5 °C além dos patamares do fim do século XIX.

A quebra dessas barreiras chama mais uma vez a atenção para a necessidade de acelerar os cortes nas emissões de gases de efeito estufa — contribuição dada pela espécie humana ao aquecimento global. Como a temperatura oscila, é natural que ela volte a ficar abaixo do limite de 1,5 °C. Ao acompanhar a tendência dos termômetros, porém, a tendência de alta é nítida. "Ver registros como esse mês a mês nos mostra que realmente nosso clima está mudando rapidamente", afirmou Samantha Burgess, vice-diretora do C3S.

Os efeitos da mudança são sentidos em todos os continentes. Uma seca causou um número nunca visto de incêndios na Amazônia venezuelana. No sul da África, a destruição de plantações afetou de maneira drástica a oferta de alimentos. Nos Estados Unidos, a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) registrou, em 2023, 25 eventos extremos associados ao aquecimento global, com prejuízos superiores a US$ 1 bilhão. A frequência de ondas de calor aumentou. Há meio século eram duas por ano, em 2023 foram seis. No Hemisfério Sul, o Brasil experimenta o mesmo fenômeno.

Incêndios florestais no Canadá contaminaram o ar no Meio-Oeste e no Nordeste dos Estados Unidos de forma inédita. Em junho, a fumaça cobriu Nova York, obrigando o uso de máscaras e interrompendo o tráfego aéreo. Na Califórnia, houve 12 inundações causadas por fortes temporais, com deslizamentos e mortes. Um volume inesperado de neve cobriu as montanhas. No Brasil, chuvas torrenciais atingiram do Rio Grande do Sul a estados do Nordeste, passando pela Região Serrana do Rio de Janeiro.

Empresas e governos precisam estar preparados para tais ocorrências. Assim como é vital acelerar os cortes nas emissões de carbono. A dúvida entre os cientistas diante dos sucessivos recordes de temperatura é se há chance de reviravolta ou se a dinâmica de aquecimento entrou em rota de alta irreversível, com consequências dramáticas para as metas do Acordo de Paris.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
sardenberg@cbn.com.br

Não pode ter censura

A primeira imagem me veio logo: Musk deixou a bola pingando na pequena área. Xandão, centroavante rompedor, encheu o pé. Muito possivelmente estava impedido, mas, como ninguém pediu o VAR, o gol valeu. Mesmo porque o VAR, no caso, seria o próprio Xandão, quer dizer, o ministro Alexandre de Moraes. Não apenas o gol valeu, como o VAR deu falta cometida por Musk, cartão amarelo, com ameaça de vermelho.

Logo, o centroavante/VAR levou a melhor e conseguiu apoio de seu time. Entusiasmado, mandou ver:

— Tenho absoluta convicção de que o Supremo Tribunal Federal, a população brasileira e as pessoas de bem sabem que liberdade de expressão não é liberdade de agressão.

Filósofos, juristas, pensadores e jornalistas — para ficar só no grupo que nos interessa no momento — têm o dever do ceticismo. De levantar a dúvida razoável. De checar e revirar um tema de todos os lados. "Absoluta convicção" não cai bem. É difícil para qualquer pessoa de princípios políticos e morais ter "absoluta convicção" de qualquer coisa.

Dirão: mas o ministro escolheu um bom ponto. Difícil discordar da sentença "liberdade de expressão não é liberdade de agressão". E por que é difícil? Porque é tremenda obviedade. Usando recurso clássico de oratória, a repetição do óbvio, o ministro seguiu: "Liberdade de expressão não é liberdade para a proliferação do ódio, do racismo, da misoginia, da homofobia... de defesa da tirania".

Está na cara, não é?! Posso até ameaçar alguém no auge de uma discussão — "vou te pegar na saída" —, mas não posso atirar no meu inimigo. Claro, não precisam me dizer: se ameaço alguém e ponho um capanga armado seguindo o cara, a coisa mudou de figura. Musk ameaçou não cumprir decisões da Justiça brasileira. O que é diferente de não cumprir. Mas o ministro partiu para a briga, ameaçou de volta — e não é o que se espera da Corte Suprema.

> ***Musk não é um libertário. É um homem de negócios. Mais um motivo para o STF não se meter com tal personagem. Descumpriu a lei? Processo nele***

Convém, portanto, bagunçar o óbvio. Liberdade de expressão: há doutrinas diferentes que abrem ou restringem esse direito individual. Nos Estados Unidos, a liberdade de discurso é mais ampla do que se entende no Brasil. Lá, você fala o que quiser, publica o que quiser. Quem se sentir ofendido ou ameaçado vai aos tribunais, onde se discutirá, de um lado, se foi dada uma informação, a simples expressão de uma opinião, um ponto de vista, ou, de outro, uma ofensa pessoal (calúnia, injúria, difamação) ou ameaça à segurança nacional.

Aqui no Brasil, estamos diante de uma questão grave: o andamento do megainquérito das fake news, conduzido por Moraes, que agora inclui Musk. Sem falar no longo prazo do segredo de Justiça imposto a diversos pontos do processo, há uma tendência de tentar barrar as fake news (mais a agressão, o ódio etc.) antes que o discurso seja dito, publicado na imprensa tradicional ou nas redes. Prevalecendo essa tendência e essa prática, lógico que haverá censura.

E aqui estamos prontos para tumultuar tudo: o que é fake news? *Se nullum crimen nulla poena sine previa lege*, ninguém pode ser acusado ou condenado por divulgar fake news porque a lei brasileira não diz o que é isso. Pois é, o projeto está na Câmara. Estava parado, agora está no tumulto.

Tem mais: se for definido o que é fake news, o que está longe de ser simples, caímos em mais duas questões. Primeiro, quem fará a lista das fake news? Segundo, quem será o censor encarregado de identificá-las e barrá-las antes da divulgação? Um jornal, uma emissora de televisão ou uma rádio terão de censurar seus jornalistas? As redes sociais terão de criar algoritmos para capturar e tirar do ar as fake news e discursos considerados — por que autoridade? — de ódio, etc.?

Vamos deixar claro: Elon Musk não é um libertário. É um homem de negócios. A China veta o X, mas Musk não está nem aí enquanto produzir seus Teslas por lá. Mais um motivo para o STF não se meter numa briga com tal personagem. Descumpriu a lei? Processo nele.

Tudo considerado, é preciso fazer a lei e regulamentar a mídia digital. Concluo com José Paulo Cavalcanti Filho: "Não pode ter censura. O mais, é o Código Penal. Simples assim".

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Cecula - ana.cecula@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Calmon Filho - wilter.calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao vigente)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contrato para entrega de muito ou nenhuma da assinatura. Desconfiem qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO sem sair, ligue de vendas, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4356
Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202